



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE "ALUGUER DE FILMES CINEMATOGRAFICOS PARA EXIBIÇÃO - ANO 2017" ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL CINEBOX, LDA, DE BRAGANÇA [PF 2722016]-----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **30 de janeiro de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal, de 9 de janeiro de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

João Caldeira Fernandes, natural da freguesia de Bragança (Sé), concelho de Bragança, com domicílio profissional na Avenida Brigadeiro Figueiredo Sarmiento, Lt 64, 5º esqº, Bragança, titular do cartão de cidadão nº 12320253, que outorga na qualidade de **sócio-gerente com poderes para este acto, em representação da sociedade comercial por quotas denominada "CINEBOX, LD"**, com sede na Rua Conde de Areães, Bloco C, 2º direito, Bragança, registada na Conservatória do Registo Comercial daquele concelho, sob a matrícula correspondente ao número de pessoa colectiva **510 170 641**, com o capital social € 5.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respectivo contrato, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----

Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Deliberação da Câmara Municipal de **09 de Janeiro de 2017**,

adjudicou, por Ajuste Direto, nos termos dos artigos 20º, nº 1, e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, o **“ALUGUER DE FILMES CINEMATOGRAFÍCOS PARA EXIBIÇÃO - ANO 2017”**. -----

Pela referida Deliberação a Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de € 22.000,00 (vinte e dois mil euros), mais IVA, à taxa legal em vigor -----

Terceira: O prazo de prestação do serviço adjudicado é de **365 dias**, e vigora entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2017.-----

Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efetuado mensalmente no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais.

Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços;

Subagrupamento 02 – Aquisição de Serviços; **Rubrica 08** - Locação de Outros Bens. -

Sexta: O presente contrato foi objeto de parecer prévio vinculativo do Presidente da Câmara Municipal, de **5 de dezembro de 2016**, nos termos do disposto nos nºs 5, 6 e 10 do artigo 35º da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março (Orçamento de Estado para 2016). -----

Sétima: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Oitava: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual os mesmos são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

Nona: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

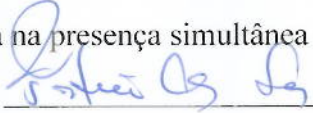
Décima: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

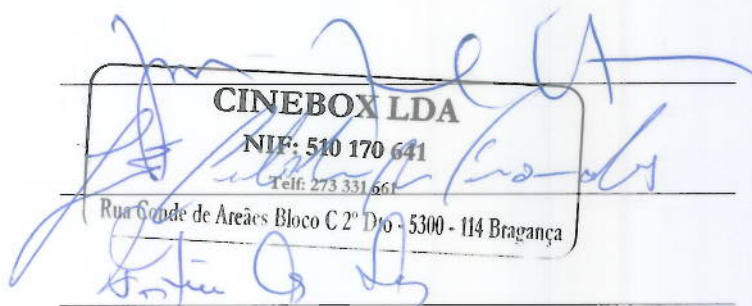
Décima Primeira: O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Segunda: Que se obriga a realizar os serviços objeto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **24-11-2016**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Bragança, em **16-12-2016**, comprovativa de que a empresa tem a sua situação tributária regularizada, e

válida por seis meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial, com o código de acesso 2822-8065-7812, subscrita em 05-02-2015 e válida até **08-02-2017**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----


CINEBOX LDA
NIF: 510 170 641
Telf: 273 331 661
Rua Conde de Areões Bloco C 2º Dto - 5300 - 114 Bragança

Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **32/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **3/2017**